



Guia de conformidade para o: Programa de monitoramento de importação de frutos do mar dos EUA

O que é o programa de monitoramento de importação de frutos do mar?

O programa de monitoramento de importação de frutos do mar estabelece, para as importações de determinados frutos do mar, os requisitos de relatórios e manutenção de registros necessários para prevenir a entrada de frutos do mar pescados de forma ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU, na sigla em inglês) e/ou fraudulenta no comércio dos EUA, proporcionando, assim, mecanismos de proteção adicionais para a nossa economia nacional, segurança alimentar global e sustentabilidade dos nossos recursos oceânicos compartilhados.

Por que o departamento de pesca da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA, na sigla em inglês) implementou esse programa?

Como líder global em pesca sustentável e um dos principais mercados em comércio de frutos do mar, os EUA têm a responsabilidade de combater práticas ilegais que comprometam a sustentabilidade dos nossos recursos oceânicos compartilhados. Para isso, a NOAA e as agências relacionadas dentro do governo dos EUA estão envolvidas em diversos esforços para criar engajamento internacional, aperfeiçoamento dos mecanismos de aplicação da lei, fortalecimento de parcerias e estabelecimento da rastreabilidade de frutos do mar. De forma consoante com esses esforços, o departamento de pesca da NOAA publicou, em 9 de dezembro de 2016, um regulamento definitivo que estabelece o programa de monitoramento de importação de frutos do mar (SIMP, na sigla em inglês).

A quem se aplica o programa?

O programa de monitoramento de importação de produtos exige que dados adicionais sejam relatados no ponto de entrada no comércio dos EUA ou que sejam retidos pelo importador registrado para peixes e derivados de peixe importados que forem identificados como espécies prioritárias devido ao risco de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU, na sigla em inglês) e à fraude relacionada a frutos do mar. Os importadores registrados são identificados pela Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA (CBP, na sigla em inglês) em cada arquivamento de entrada. O importador registrado nos EUA deverá obter uma [Permissão internacional de comércio de pesca](#) (IFTP, na sigla em inglês) do departamento de pesca da NOAA para relatar determinadas informações de captura ao apresentar o arquivamento de entrada, bem como manter registros relacionados à cadeia de custódia do peixe ou derivados de peixe da captura até o ponto de entrada nos EUA.

Que espécies serão afetadas por esse programa?

Foram identificadas treze espécies como particularmente vulneráveis à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada e/ou fraude relacionada a frutos do mar e, portanto, contempladas pela primeira fase do programa, que deverá se expandir no futuro para incluir todos os frutos do mar:

- *Abalone
- Bacalhau do Atlântico
- Caranguejo azul (Atlântico)
- Dourado (Mahi Mahi)
- Garoupa
- Caranguejo-real-austral (vermelho)
- Bacalhau do Pacífico
- Luciano-do-golfo
- Pepino-do-mar
- Tubarões
- *Camarão
- Espadarte
- Atum: *Albacora, atum-de-olhos-grandes, gaiado, bonito-listrado e atum-amarelo*



* A implementação dos requisitos do programa para abalone e camarão está suspensa até nova ordem. Veja abaixo as perguntas e respostas.

Que informações devem ser relatadas no ponto de entrada no comércio dos EUA ou retidas pelo importador registrado para peixes e derivados de peixe importados?

As informações a serem coletadas incluem:

Entidade coletora ou produtora

- Nome e estado de bandeira da(s) embarcação(ões) coletora(s)
- Prova de autorização para pesca (número de permissão ou licença)
- Identificador único da embarcação (se disponível)
- Tipo(s) de equipamento de pesca

Observação: A área de pesca e o tipo de equipamento de pesca devem ser especificados de acordo com a convenção de preparação de relatórios e os códigos usados pela autoridade competente que tem jurisdição sobre a operação de captura extrativa. Se esses requerimentos para a preparação de relatórios não existirem, devem ser usados os códigos de áreas de pesca e equipamento de pesca da Organização da Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês).

Evento de captura: o quê, quando e onde

- Espécies: códigos de espécies FAO 3-Alfa (sistema de informação sobre pesca e ciências aquáticas ou ASFIS, na sigla em inglês)
- Data(s) de extração
- Forma(s) do produto ao desembarcar, incluindo quantidade e peso do produto
- Área(s) de captura extrativa ou de coleta de aquiculturas
- Ponto(s) do primeiro desembarque
- Nome da(s) entidade(s) à(s) qual(is) o peixe foi entregue ou desembarcado

Observação: Nos casos em que a carga importada contiver mais de um evento de captura, cada evento que for relevante a um carregamento deve ser informado. No entanto, o importador não precisa vincular cada evento a um peixe específico ou a uma parte do carregamento.

Importador registrado

- Nome, afiliação e informações de contato
- Número da permissão internacional de comércio de pesca (IFTP, na sigla em inglês) emitida pelo departamento de pesca da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA, na sigla em inglês)
- O importador registrado é responsável pela manutenção de registros relacionados à cadeia de custódia detalhada acima.
- Informações sobre qualquer transbordo de produtos (declarações por embarcações de captura/transporte, conhecimentos de embarque)
- Registros de processamento, reprocessamento e mistura de produtos.

Qual é o critério para determinar se um produto está incluído no SIMP?

O critério para determinar se um produto de pesca específico está incluído na fase inicial do SIMP é o código do programa harmonizado de tarifas (HTS, na sigla em inglês) usado para arquivar uma entrada eletrônica para o carregamento de importação.

O departamento de pesca da NOAA fornecerá à CBP uma lista dos elementos de dados requeridos para cada espécie com os códigos HTS compreendidos no SIMP. Será publicada em breve uma lista atualizada dos códigos HTS sujeitos ao SIMP no guia de implementação de conjuntos de mensagens para o departamento de pesca da NOAA em: <https://www.cbp.gov/trade/ace/catair>

Como essas informações serão coletadas e relatadas?

A coleta da documentação de extração e desembarque para essas espécies prioritárias de frutos do mar será realizada por meio de relatórios do sistema de dados do comércio internacional (ITDS, na sigla em inglês), o portal de janela única do governo dos EUA para toda comunicação relacionada a importação e exportação (mantido pela CBP). Os dados de extração e desembarque serão enviados por meio dos “conjuntos de mensagens” do ITDS no ato da entrada, enquanto os registros da cadeia de custódia para o peixe após o desembarque serão transferidos por meio da cadeia de fornecimento e armazenados pelo importador registrado. Os importadores registrados são as entidades estadunidenses que assumem responsabilidade pela importação sujeita às regulamentações alfandegárias dos EUA, devendo armazenar um IFTP emitido pelo departamento de pesca da NOAA.

Quando será lançada a programação do ambiente comercial automatizado (ACE, na sigla em inglês)?

O departamento de pesca da NOAA está trabalhando com a CBP para programar o portal do ACE para o teste-piloto. Assim que a programação for certificada, anunciaremos um teste-piloto no Registro Federal.

Qual é o idioma de registro para a manutenção de registros?

O importador registrado estadunidense deve ser capaz de revisar e verificar pessoalmente a exatidão dos documentos de manutenção de registros, independentemente do idioma. A tradução dos documentos de manutenção de registros para o inglês não é um requisito do programa, mas, conforme observado acima, eles devem possibilitar a revisão e compreensão por parte do importador registrado estadunidense.

Como posso obter a permissão internacional de comércio de pesca (IFTP, na sigla em inglês)?

A permissão internacional de comércio de pesca pode ser obtida em: https://fisheriespermits.noaa.gov/npspub/pub_cmn_login/index_live.jsp

Cada produto de cada um dos eventos de captura precisará ser mantido segregado ao longo das etapas de processamento e transporte para que possa ser rastreado até ao ponto de entrada?

Não. A segregação dos diferentes eventos de captura ao longo da cadeia de suprimento não é requerida. Um carregamento importado pode conter produtos de mais de um evento de captura. Nesses casos, um importador registrado deve fornecer informações sobre cada evento de captura relevante ao conteúdo dos produtos oferecidos para a entrada, mas não precisa especificar que partes do carregamento vieram de cada evento de captura.

Como os requisitos de coleta de dados serão aplicados às atividades pesqueiras de pequena escala?

O programa exige o importador da necessidade de identificar individualmente embarcações ou instalações de pequena escala se o importador proporcionar outros elementos de dados requeridos baseados em um relatório de captura agregada. O relatório de captura agregada é definido como um relatório que abrange: (1) capturas em

um único ponto de coleta, em um único dia natural, provenientes de embarcações de pequena escala (isto é, até 12 metros de comprimento ou até 20 toneladas de arqueação bruta); (2) desembarque por uma embarcação usada para fazer capturas de pequena escala no mar.

São incluídos todos os produtos que contêm espécies prioritárias?

Não. Os requerimentos de apresentação de relatórios e manutenção de registros não se aplicarão a importações de determinados produtos derivados de peixe com alto nível de processamento, incluindo óleo de peixe, pasta, salgados, tortas, pudins e outros produtos derivados de peixe com alto nível de processamento, quando esses produtos não puderem ser atualmente rastreados até uma espécie de peixe ou eventos específicos de captura nem identificados por meio de rotulagem dos produtos. Os códigos HTS específicos aos quais o programa se aplica são listados no guia de implementação do departamento de pesca da NOAA, no endereço:

<https://www.cbp.gov/trade/ace/catair>

Esse programa requer alterações nos padrões de rotulagem?

Não. O programa de monitoramento de importação de frutos do mar não é um programa de rotulagem.

O programa aplica-se a frutos do mar nacionais (EUA)?

Já foram implementados regulamentos nacionais dos EUA que exigem que sejam relatadas ao departamento de pesca da NOAA as informações de captura e desembarque de frutos do mar capturados em território nacional (EUA). O regulamento que estabelece o programa de monitoramento de importação de frutos do mar aplica-se somente aos frutos do mar provenientes de um país estrangeiro que entram nos EUA.

O programa aplica-se a frutos do mar de captura doméstica que são enviados a instalações no exterior para processamento e/ou armazenamento e, posteriormente, reimportados para os EUA?

Sim. Não é concedida nenhuma exceção para frutos do mar de captura doméstica. Peixes ou derivados de peixe originalmente capturados nos EUA, mas que tenham sido enviados a um país estrangeiro para processamento, reprocessamento e/ou armazenamento antes de serem vendidos nos EUA, estão sujeitos aos requerimentos de apresentação de relatórios e manutenção de registros do programa de monitoramento de importação de frutos do mar para reentrada nos EUA.

Alguns produtos derivados de atum já estão sujeitos a requerimentos regulamentares existentes de apresentação de relatórios para importação. Como eles serão afetados pelo programa de monitoramento de importação de frutos do mar?

O departamento de pesca da NOAA estabeleceu a harmonização dos requerimentos de apresentação de relatórios e manutenção de registros do programa de rastreamento e verificação do atum usado para documentar que a captura de produtos de atum sendo vendidos ou exportados e que apresentam o rótulo “pesca sem riscos para os golfinhos” incluem muitos dos elementos de captura, desembarque e cadeia de custódia inclusos no SIMP. A implementação dos requerimentos de dados do programa de monitoramento de importação de frutos do mar não criará requerimentos de apresentação de relatórios e manutenção de registros redundantes para os importadores de produtos derivados do atum. Em vez disso, serão estabelecidas regras comerciais do ITDS para assegurar que cada elemento de dados seja reportado apenas uma vez em cada caso específico. Para assegurar a paridade entre os dois programas, o departamento de pesca da NOAA poderá revisar o programa de rastreamento e verificação do atum, a fim de refletir os novos requerimentos de apresentação de relatórios e manutenção de registros, conforme apropriado. Isso pode se dar também para as importações de espadarte e certas espécies de atum abrangidas pelo documento estatístico internacional ou pelos programas de documentação de capturas.

Os requerimentos de apresentação de relatórios e preenchimento de dados deste regulamento serão de domínio público ou do consumidor?

As informações coletadas no âmbito deste programa são confidenciais. O SIMP estabelece um sistema de apresentação de relatórios entre empresas e administrações públicas que permite às agências governamentais estadunidenses confirmar a licitude dos peixes e derivados de peixe importados. Para abordar as questões relacionadas à confidencialidade, será dada prioridade máxima à segurança dos dados ao longo desse processo. As informações coletadas via ACE e armazenadas pelos sistemas da CBP, como o ITDS, são informações comerciais, financeiras e proprietárias extremamente sensíveis, estando, em caráter geral, isentas dos requerimentos de divulgação pública (como a Lei da Liberdade da Informação).

Qual é a data de entrada em vigor da implementação do programa?

A conformidade com os requerimentos de apresentação de relatórios e manutenção de registros na regulamentação para espécies prioritárias, *exceto o camarão e o abalone*, será obrigatória a partir de **1º de janeiro de 2018**. A partir da data de entrada em vigor, as entradas feitas com os códigos HTS especificados que estão sujeitos ao programa exigirão o conjunto de mensagens, e o importador estadunidense deverá ter uma licença IFTP válida. As entradas sujeitas ao programa que forem arquivadas sem um conjunto de mensagens completo (dados do evento de captura e número IFTP) serão rejeitadas e não serão liberadas pela CBP até que sejam apresentados o conjunto de mensagens e o número IFTP.

Como os peixes importados que entrarem no comércio dos EUA a partir do dia 1º de janeiro de 2018 terão sido capturados antes dessa data, o conjunto de mensagens dos eventos de captura será relativo às atividades pesqueiras que tiverem ocorrido antes da data de conformidade. Os importadores estadunidenses devem trabalhar em conjunto com os respectivos fornecedores para assegurar a existência de informações sobre o evento de captura para qualquer produto na cadeia de suprimento que for introduzido após a data de conformidade.

Quando a conformidade para o camarão e o abalone passará a ser requerida?

O departamento de pesca da NOAA determinou que a data de entrada em vigor da regulamentação para camarão e abalone continuará suspensa até que possam ser identificados e estabelecidos os requisitos comparáveis de apresentação de relatórios e/ou manutenção de registros para a produção aquícola doméstica. No momento em que as lacunas de apresentação de relatórios e manutenção de registros domésticas para essas espécies forem solucionadas, o departamento de pesca da NOAA publicará uma ação no Registro Federal para remover a suspensão da data de entrada em vigor da regulamentação pertinente ao camarão e ao abalone. Será apresentada uma notificação à comunidade comercial com a devida antecedência, a fim de possibilitar o estabelecimento dos sistemas de apresentação de relatórios e manutenção de registros necessários para a conformidade com o programa.

Será fornecido algum tipo de auxílio para a adequação a este regulamento?

O departamento de pesca da NOAA e o governo estadunidense, de maneira geral, pretendem proporcionar auxílio, sujeito à disponibilidade de recursos, às nações exportadoras e importadores domésticos, a fim de apoiar a adequação aos requerimentos deste regulamento, incluindo a prestação de assistência para capacitá-los no sentido de:

- Empreender uma gestão eficaz das atividades pesqueiras;
- Fortalecer as estruturas de governança das atividades pesqueiras e entidades de aplicação da lei para combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU, na sigla em inglês) e a fraude relacionada a frutos do mar; e
- Estabelecer, manter ou prestar suporte aos sistemas, para permitir a rastreabilidade de carregamentos de peixes e derivados de peixe até o ponto de captura. As prioridades para a capacitação são identificadas em um [Plano de ação estratégica para a capacitação internacional e fortalecimento da gestão de atividades pesqueiras e combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada \(IUU\)](#)

Com quem posso entrar em contato se tiver outras dúvidas?

As informações e materiais relativos ao regulamento definitivo são publicados no endereço www.iuufishing.noaa.gov

- Para questões relacionadas aos requisitos do programa de monitoramento de importação de frutos do mar (SIMP, na sigla em inglês), entre em contato pelo endereço Celeste.Leroux@noaa.gov
- Para questões relacionadas ao uso do ACE e do ITDS, entre em contato pelo endereço Dale.Jones@noaa.gov